



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE
Identificação: MUNICÍPIOS 3
Data: 20/01/2013

Caos financeiro atrapalha novos gestores

Dívidas acumuladas, salários em atraso, veículos quebrados e prédios depredados foi o que os prefeitos encontraram

O ano de 2013 não começou muito bem para algumas das novas administrações municipais sergipanas. Com menos de 20 dias de mandato, sete prefeitos já decretaram situação de emergência devido aos caos em que encontraram as finanças e os prédios municipais. Os novos gestores se apoiaram na Lei nº 8.666/93 que assegura a dispensa de novas contratações de licitação pública diante de situações que exijam rapidez no atendimento à população.

Segundo os prefeitos, eles receberam os municípios em situação de calamidade pública e sem condições nenhuma de trabalho. Entre as principais queixas dos gestores estão o acúmulo de dívidas antigas e depredação do patrimônio público municipal. Para evitar que essa bola de neve de problemas cresça ainda mais, os municípios de Telha, Japoatã, Itabaiana, Muribeca, Canhoba, São Francisco, Simão Dias e Canindé de São Francisco já decretaram situação de emergência financeira.

Em Canhoba, município localizado na região do Baixo São Francisco e distante 124 quilômetros da capital, a prefeita Elinalda Pereira Santos (PR), mais conhecida como Naldinha da Farmácia, não perdeu tempo e correu atrás de resolver o mais rápido possível os pepinos que recebeu. "Nosso começo aqui foi bem difícil, até mesmo para poder ter acesso aos prédios públicos tivemos que "invadir" arrombando os cadeados porque o ex-prefeito Regis Andrade (PSD) não nos entregou as chaves dos imóveis. Além disso, as ruas estavam cheias de lixo e entulho por toda parte e vários municípios sem fornecimento de água", explica.

De acordo com a prefeita, providências já foram tomadas para poder dar início da melhor forma possível às atividades da prefeitura. "Estamos aos poucos mudando a cara da cidade. O primeiro passo foi realizar a limpeza das ruas, o que já deu outra cara à cidade. Outra providência foi a realização de acordos com a Deso para disponibilização de carros pipa para as comunidades que ainda estão sem água", comemora Elinalda.

Segundo a gestora, o ex-prefeito não mediu esforços para dificultar a chegada da nova gestão. "Quando chegamos à prefeitura no dia 1º ela estava às moscas, pois quase todos os servidores estavam de férias ou sob licença. Isso não se faz. Como iríamos começar a trabalhar assim?! Ele fez isso para nos prejudicar. No entanto, isso não nos abalou e agora estamos convocando os servidores para a gente fazer a máquina funcionar", afirma Elinalda.

Naldinha da Farmácia garante que o que não faltaram nesse começo de gestão foram provocações. "Só recebemos as chaves dos veículos e ainda assim com um recadinho debochado de que se eu quisesse que fosse buscar. Fora que os carros que encontramos estão em péssimo estado de conservação. Completamente danificados. Os únicos que ainda servem pra alguma coisa são um trator e a retroescavadeira", lamenta.

Outro grave problema é o pagamento dos servidores municipais referentes ao mês de dezembro. Segundo Elinalda, nenhum deles ainda foi pago, pois o cofre do município ainda



Fotos: Arquivo JC

EM PÉSSIMO estado de conservação. Assim foram entregues várias secretarias e órgãos municipais



VÁRIAS prefeitas encontraram ambulância e outros veículos de serviço totalmente sucateados

esta trancado e as chaves não foram repassadas para a nova gestão. "Até mesmo arquivos com os dados dos servidores foram deletados dos computadores. Eu, sinceramente, não sei como se encontra a situação financeira da nossa cidade. Para mim ainda é desconhecida. Espero que, com esse decreto de emergência, as coisas comecem a fluir um pouco melhor. Está sendo realizado um levantamento completo na prefeitura e prometo que vou tomar providências jurídicas para não ser responsabilizada por erros da administração passada, nem prejudicar os servidores", garante.

Não muito longe dali, em Telha, município vizinho e distante 98 quilômetros de Aracaju, a situação não é diferente. O caos instalado na prefeitura deu logo de cara um trabalho que o prefeito eleito, Domingos dos Santos Neto (PSC), não esperava. O gestor conta que encontrou todos os computadores sem condições de uso, assim como veículos e prédios. "A prefeitura estava abandonada durante esses quatro anos. Vários documentos nós não encontramos aqui porque o ex-prefeito Eris de Melo (PMDB)

levou como se fosse dele", denuncia.

Os salários dos servidores também estão em atraso no município desde o mês de novembro, mas com a decretação de emergência o prefeito acredita que conseguirá sanar a dívida até fevereiro. "Fora que os descontos de empréstimos consignados não são pagos há oito meses. Estamos tentando resolver isso da melhor e mais rápida forma possível. Espero já estar pagando a todos o mês de janeiro dia 22 e os meses em atraso vou tentar negociar, pois como ainda não temos um panorama das finanças municipais completo, não sei como anda o caixa do município. Outro problema que precisamos resolver com urgência é a declaração de renda da cidade que não é repassada ao Ministério Público desde o mês de outubro", explica Domingos.

PREJUDICADOS

Assim também começou o ano do prefeito de Muribeca, Fernando Franco (PDT), que encontrou, de acordo com suas próprias palavras, o caos. "Não temos a menor condição de fazer nada. Muribeca virou terra arrasada",

lamentava. Segundo o prefeito, somente as dívidas com os salários dos servidores ultrapassa o valor de R\$1 milhão. "Os funcionários daqui não receberam o salário de dezembro ou mesmo o décimo terceiro. Começar uma gestão nessa situação é muito complicado e constrangedor, pois os pais e mães de família já começaram o ano sem dinheiro no bolso", complementa Fernando.

Além dos atrasos salariais, as condições dos postos de saúde também estão precárias. "Até mesmo para marcar as consultas está complicado, e quando se consegue marcar não há remédios para atender a população. Ouvimos várias pessoas reclamando da via-crúcis que precisaram enfrentar em busca de atendimento, mas já estamos tentando melhorar isso. E vamos conseguir", garante Fernando Franco.

Como se não fosse o suficiente, as praças, prédios públicos e a limpeza do município foram abandonados antes da entrega de cargo ao novo prefeito, que agora pena para para a casa em ordem. "Recebemos a cidade com praças e instituições municipais depredadas, ruas imundas e com a coleta seletiva atrasada, uma bagunça. O que precisamos agora é de um tempo para acertar as coisas e fazer as coisas fluírem. Vai ser difícil, mas iremos colocar a cidade novamente nos trilhos", afirma o novo gestor.

ESCLARECENDO

Para aqueles municípios que ainda tem dúvidas sobre como funciona esse processo de decretação de emergência, o Caderno Municípios esclarece todas elas para você. Para começar, basta dizer que esse processo não é nenhum bicho de sete cabeças. A ação é iniciada para que as prefeituras tenham um tempo para se adaptarem e colocarem em ordem as finanças municipais. "Entre as prioridades dessa medida estão o pagamento de serviços essenciais, tais como saúde, pagamentos de funcionários, assistência à educação, segurança e limpeza pública", explica o promotor de Justiça, Rafael Kurkowski.

Ainda segundo o promotor, nenhuma obra pode ser iniciada nesse período. "Como vários prefeitos alegaram que ao receberem a prefeitura as contas estavam zeradas ou mesmo negativas, se libera essa medida da realização das licitações, mas apenas para casos emergenciais. Ou seja, eles não podem realizar nenhuma licitação de construção a menos que sejam obras de reforma, a depender da situação em que se encontre uma escola ou um posto de saúde. No entanto, isso depende de análise que a promotoria faz. Como há brechas, é preciso ficar atento para que não se cometam crimes", pontua Rafael.

Mas é preciso ficar atento a possíveis irregularidades que ocorram enquanto a situação de emergência está decretada. "A promotoria ou o mesmo o MP não participam do fechamento dos acordos entre a prefeitura e as empresas, mas depois que passa o período de emergência, as prefeituras precisam prestar contas e, caso seja detectado o crime de superfaturamento ou algo do tipo, o prefeito responderá judicialmente", salienta o promotor Rafael Kurkowski.